

Bioética e diversidade

Bioethics and diversity
La Bioética y la diversidad

Hubert Lepargneur*

INTRODUÇÃO

Se a diversidade não existisse, não existiria nada, e o silêncio na vacuidade absoluta seria completo. Não é por acaso que, com a religiosidade do *sapiens*, começa o sonho da transcendência pelo pluralismo de divindades que compartilhariam as forças cósmicas que enfrentamos. O Ser, a Natureza, o Sentido, essas três entidades explodem em entidades divinas incomensuráveis. Uma bioética, mesmo principiante, ao nascer, não pode escapar dessa realidade ou imagem, desse contexto. O que é a personalidade senão um exemplar único, individual, no seio de uma infinita diversidade? Mas procedamos ponto por ponto.

A bioética tem diversos sentidos desde seu embrião e isso não a unifica. A bioética pode significar a construção articulada de princípios que geram normas de avaliação e de ação frente a fenômenos sanitários sadios ou patológicos do ser vivo, eminentemente do ser humano. Procura-se, então, uma solução satisfatória para superar um defeito, um sofrimento, aprimorar a vivência individual ou coletiva. Nessa perspectiva, encontramos construções mais ou menos sábias que não desafiam a moral e prometem maior satisfação no viver individual ou coletivo. São frutos da observação, da imaginação, do saber científico ou experimental, da ousadia na performance. Publicam-se, assim, tratados de bioética de inspiração católica ou protestante (com suas variantes), bioéticas de inspiração ortodoxa ou israelita, muçulmana ou agnóstica, ou em seguimento a alguma antropologia menos convencional, asiática ou de inovação empírica. A medicina é uma arte que repousa não apenas sobre uma experiência milenar flexível, evolutiva, aberta a inovações e descobertas, mas também sobre uma antropologia implícita, geralmente carregada de decorrências éticas. Tudo isso flutua na diversidade ou diversificação, reflexo de uma filosofia, de uma mitologia ou de uma religião, de uma doutrina

ou ideologia. Tal polarização ajuda a unificar um sistema bioético, nem sempre rígido ou completo, oferecido à liberdade ou à improvisação de agente, individual ou coletivo, desafiado por um problema concreto.

Outro sentido do termo “bioética”, complementar mais do que oposto ao anterior, refere-se a uma coletividade (conselho, comitê, congresso, reuniões frequentemente institucionalizadas e periódicas) que procura discutir, entre agentes interessados, mas não supostos unânimes em suas avaliações e decisões, no desafio, no problema, na organização do domínio da saúde individual ou coletiva. Esse terreno da bioética, portanto, não é fixo, não é dogmático, mas procura uma certa convergência das opiniões dos participantes, ou, pelo menos, sua melhor informação no aproveitamento do saber dos outros. É história e não tratado doutrinal. A Organização Mundial da Saúde pertence mais ao segundo sentido, com suas finalidades práticas dependentes das pendências da época e da diversidade das regiões.

ABSOLUTO E DIVERSIDADE

O que não é relativo é absoluto, mas que significaria uma multiplicação de absolutos? Em torno de nós, temos que lidar com realidades condicionadas, notadamente no campo sanitário. Deus, o Absoluto, recusou-se a se identificar com um nome próprio: “Aquele que é”.

Ao se saber associados, coexistentes durante séculos, a religião e a ciência lutaram pelo poder. A Igreja lutava para defender o poder total que tinha durante a Cristandade. Na atualidade, há setores do Cristianismo que lutam ainda para defender esse poder total. São os movimentos fundamentalistas fortes em Roma e movimentos fundamentalistas protestantes dos Estados Unidos... O Cristianismo nada ensina sobre Deus, senão que nada se pode saber de Deus. De Deus sabe-

* Teólogo camiliano. Licenciado em Filosofia. Doutor em Direito pela Universidade de Paris.

mos que está aqui, mas não sabemos o que é. Jesus diz o que o Pai quer. Ensina uma prática, mas não ensina uma doutrina sobre Deus.

Essas linhas são apenas o condensado de uma reflexão de J. Comblin, que sugere ao mesmo tempo a relatividade e a extrema diversidade do mundo no qual estamos imersos e do qual somos ínfimos elementos, sem prejuízo pela dignidade de nossa personalidade humana.

De certo modo, a diversidade se opõe ao Absoluto que abraçaria a totalidade do Ser. Mesmo Spinoza, que praticamente divinizou o cosmos (fazendo dele, portanto, o Absoluto), estava consciente da extrema diversidade em que vivemos. Antes dele, S. Tomás de Aquino professou que de Deus sabemos apenas o que Ele não é (e o que ele revelou por profetas e pelo seu Verbo encarnado a respeito do amor e do agir humano). Ainda antes de Tomás de Aquino, o filósofo-teólogo Pseudo-Dionísio, no século V d.C. (que S. Tomás citou 1700 vezes), concentra sua reflexão sobre o processo que principia no Uno para retornar ao Uno, mediante o que, senão o múltiplo da diversidade das criaturas? O tempo e o espaço são os condicionantes principais do ser vivo, objeto da bioética.

A respeito da leitura da Revelação bíblica, a grande revolução, que não terminou, é a revolução hermenêutica, que fez passar nosso entendimento, da literalidade unívoca, fundamentalista, ao simbolismo, à analogia, isto é, à diversidade dos sentidos, que, na realidade, domina sempre nossa linguagem, desde os mitos até a poesia, os contos, as matemáticas e, no fundo, todas as ciências sem as quais não haveria progresso tecnológico nem sério diagnóstico bioético. Entender, compreender, é sempre ir além do sinal material que parece unívoco, para se abrir sobre certa diversidade. A nossa mente se move numa diversidade de sentidos como nosso corpo numa diversidade de objetos. E o que é a bioética senão a reflexão que nos guia para aderir à interpretação mais plausível dos sinais patológicos, dos sinais vitais em geral?

FUNDAMENTALISMO VERSUS DIVERSIDADE

O fundamentalismo prega ou usa uma unanimidade fictícia na leitura e compreensão dos textos. O diagnóstico médico é, também, uma interpretação dos sinais corporais, o que parece eliminar um estrito fundamentalismo em medicina; pelo menos o conceito de bioética o descarta da dialética bioética. A necessária ciência deve aqui

ser complementada pela intuição que inspira toda arte. Os sintomas e análises são como as letras que o terapeuta deve observar, decifrar, interpretar.

Um dos episódios mais marcantes na evolução das disciplinas humanas foi a luta contra a evolução darwinista, notadamente nos Estados Unidos, a partir de 1920. A ingenuidade fundamentalista é tão difícil de derrubar que, até no século XX, Roma negou o fenômeno histórico da evolução dos dogmas (sobre este ponto o Pe. Chenu foi expulso da reitoria do Teologado dominicano do Saulchoir). O teatro principal da luta contra a evolução darwiniana foi o sul-oriental dos Estados Americanos. Em 1920, o presbiteriano William J. Bryan lançou uma campanha contra os chamados liberais que ousaram “interpretar” a Bíblia, na época em que dois autores alemães (B. Kidd, *The Science of power*, e V. L. Kellog, *Headquarter Nights*) vincularam o militarismo germânico ao evolucionismo. Muito mais tarde, ouvimos a palestra de um rabino que acreditava que o mundo foi criado havia apenas 6.000 anos. Filósofos judeus alemães, como Herman Cohn (1842-1918) e Franz Rosenzweig (1886-1929), nem sempre foram felizes ao tentar conciliar dados da Torá com a razão, o Iluminismo. Evocamos esse tema do fundamentalismo porque ele não desapareceu, notadamente no universo islâmico. Curiosamente, *ulemás* iranianos foram frequentemente mais avançados que *madrassahs* (escolas religiosas) egípcias. Outra razão é que a evolução darwiniana, com os matizes que podemos lhe ajuntar hoje, desempenhou e desempenha importante papel na produção e difusão da diversidade que estamos examinando numa perspectiva bioética.

A secularização da cultura provavelmente prosseguirá, aumentando a democracia e a liberdade de expressão que normalmente comporta, em benefício, portanto, da diversificação cultural e da restrição do fundamentalismo. São fenômenos de evolução geralmente lenta e sujeitos a recuos. Os muçulmanos que penetram irresistivelmente em países europeus, como a França, não admitem que médicos ginecólogos, homens, portanto, cuidem de suas mulheres.

A RAZÃO DE SER DE CERTA DIVERSIDADE

Se ninguém neste mundo é possuidor da Verdade absoluta, completa, certa, intangível, a diversidade aberta às discussões e até a contestações é benéfica, eminente-

mente em medicina, que usa a ciência, sendo, todavia, arte. Tal é precisamente o lugar e papel da bioética. Ninguém impede que se construam sistemas mais ou menos fechados, da organização racional ou reveladas, bioéticas concebidas por uma pessoa ou um grupo *ad hoc*. A razão humana procura legitimamente coerência, tanto interna, em nível das intuições e conceitos ou raciocínios, quanto em nível de compatibilidade e adequação com as observações e experimentações. Tais legítimas sistematizações são de fato plurais e parcialmente antitéticas. Há mais de um caminho para chegar a Roma. As avaliações e procedimentos são de fato plurais, como as plantas de onde extraem remédios. No entanto, princípios diferentes podem chegar a resultados equivalentes. Se terapias repousando sobre esquemas fisiológicos diversos podem curar ou aliviar com resultados próximos, como experimenta o paralelismo da medicina ocidental tradicional, da medicina chinesa ou de certas práticas empíricas, outras são mais sofisticadas, como o *neuro-enhancement*, que pretende aumentar a função neurocerebral. Assim também, nas bioéticas, podemos imaginar uma diversidade de estilos e evoluções, como ilustra o compêndio “Ibero-American Bioethics” retratando diversificações bioéticas na história das Américas.

Isso leva, entretanto, a supor que os membros de um grupo de discussão bioética devem estar de acordo sobre certos conceitos, certos valores, certa racionalidade na discussão, mas que o critério supremo da validade de trocas é o reconhecimento do valor do resultado, da discussão ou da experimentação. De fato, a diversidade que examinamos sob vários ângulos existe não apenas nos pontos em discussão, na matéria a ser esclarecida, mas também e essencialmente entre os membros do grupo: por isso, recomenda-se sempre a inclusão no grupo de profissionais de especialidades diversas e mesmo de profissões diversas, como juristas, economistas ou sociólogos, enfermeiras, administradores e simples doentes. Temos sempre algo a apreender de pessoas diferentes, de opiniões diversas das nossas, o que não significa adesão àquilo que nos parece errado ou contrário à nossa ética. Precisamos da dúvida para progredir, da contestação para avançar, do fracasso para corrigir.

A razão de ser da abertura ao pluralismo, isto é, o que o justifica, é o fato de que nosso pensar não abarca a totalidade da Realidade que chamamos “verdade” ou “Ser”. A própria ciência reconheceu aos poucos seus limites e

sua falibilidade. Segundo Karl Popper, ao considerar uma teoria ou explicação científica, ela deve ser considerada como certa até prova do contrário, isto é, a existência de uma ocorrência certa que a contradiz. Por isso, a ciência multiplica as experimentações em torno das dificuldades de compreensão. A imaginação, fonte da criatividade, sem excluir acasos imprevisíveis, não suscita apenas romances de imaginação e poesias, mas alimenta hipóteses que exigirão muito trabalho para saber se enriquecerão a ciência. Haveria limites à criatividade humana?

Depois do primeiro microprocessador (1972), os aperfeiçoamentos dobram a cada 18 meses (seis ciclos de progresso de dobragem por década enuncia a: lei de Gordon Moore, fundador do Intel). A numeração ou numerização do saber livresco por Google e companhias, alargando a difusão do saber, reforçará a multiplicação das inovações e portanto da diversidade. Previa-se a decriptização do DNA humano em dez anos, ocorreu em cinco.

HENRI BERGSON E A DIVERSIDADE

Bergson meditou sobre o tempo como a “quarta dimensão do espaço”; falou em “duração” humana, produtora de formas específicas da diversificação. Sua contribuição mais original, combatida em sua época (ele demorou a ser reconhecido), “A evolução criadora”, desenvolve a ideia da diversificação na criação, esboçada em “Ensaio sobre os dados imediatos da consciência”: o real é submetido a duas ordens diferentes, a geométrica (princípios intransponíveis) e a vital (de onde procede a maior diversidade). O ser vivo nunca é totalmente igual a outro indivíduo de sua espécie. “A metafísica da experiência integral (de Bergson) atravessa todos os níveis da realidade pensada, os da duração” (Vieillard-Baron). “Bergson está atento à fusão entre o que vem da memória e o que procede da percepção”. Daí resultam indivíduos diferentes mesmo entre gêmeos... A razão das divergências entre linhas de evolução não vem da própria vida, mas dos obstáculos encontrados, segundo o mesmo filósofo.

Mesmo no monismo de Spinoza, a realidade cósmica que nos envolve e da qual somos, está em constante processo de diferenciação criadora. Assim, a criação não seria um ato divino instantâneo ou quase (cf. a Gênese), mas um processo contínuo de diferenciação, criando uma diversidade quase infinita. A própria bioética não escapa de concernir o plano material e o reino das ideias, projetos,

ensaios que dão certo ou se dissolvem, cuja diversidade se multiplica por causa das liberdades, ainda mais do que dos determinismos. Onde há vida, a diversidade se multiplica, sobretudo no reino animal e humano. A diversidade, criada pela intuição que desemboca em atividades mais ou menos livres, supera, portanto, a diversidade do ser vivo não humano: a Natureza admite portanto níveis de diversidade. A bioética situa-se num nível dos mais complexos, unindo o voluntário humano e processos inconscientes. Desde o “Ensaio sobre os dados imediatos da consciência”, Bergson pensa o espaço segundo a descontinuidade espacial, mas isso não esgota a diversidade, notadamente em razão da “continuidade do movimento da vida interior” que caracteriza a pessoa humana (Conferência de Madrid, 1916). A capacidade criadora do ser humano revela o espírito. Oxalá a diversidade sirva a sadia complementaridade das riquezas de que dispomos para um fim comum, desde que estamos já conscientes de uma origem comum, senão de um fim comum.

A PESQUISA CIENTÍFICA NÃO PODE PARAR, NA ESPERANÇA DE CRIAR MAIOR DIVERSIDADE FELIZ

A metodologia da bioética apoia-se tanto sobre a razão quanto sobre a observação ou a experimentação. Tem de utilizar princípios muito diversos e, portanto, escolher os que melhor convêm à situação em foco, sem nunca dispor do plano integral do universo. Isso vale até para o ser humano. Como os psicólogos e os budistas, Pascal considerava o *eu* em perpétua transformação, o que deveria criar alguma perplexidade em meio fundamentalista. Bergson cultivava essa perspectiva desde o “Ensaio sobre os dados imediatos da consciência” até a “Evolução criadora”: “a duração do eu é criadora”. A ciência é, para essa filosofia, a inteligência aplicada à matéria, em vista da ação; mas que ação seria mais propícia para a saúde humana que a bioética, seguida da aplicação de suas conclusões?

A diversidade bioética não provém apenas do progresso das disciplinas médicas e do saneamento higiênico, mas também dos avanços em outras formações científicas ou sociais. As biotecnologias provocam transformações irreversíveis nas culturas, tanto nas partes técnicas como nas conceituais, induzindo evoluções nas concepções de certos traumatismos e de algumas terapias que ultrapassam os limites ou as capacidades do hospital. Como se desenvolveram os procedimentos tocando a maternidade,

desenvolvem-se os procedimentos que tocam à velhice, à gerontologia e ao tratamento dos fins de vida. As preocupações ecológicas, sadias e necessárias, ou politicamente exageradas, levantam de seu lado amplo terreno de reflexão bioética, que transborda sobre a política urbana e o biodireito. Exemplarmente, o que é patenteável no corpo humano e entre seus componentes ou produções? Outros setores de inovações e preocupações abraçam o campo das nanotecnologias. Um médico de formação clássica, sem especialização em tais domínios, dificilmente seria competente para discutir a bioética do uso dos nanoelementos, naturais ou artificiais, em medicina. Escapam à visualização convencional, mesmo com novos detectores. Será que a física quântica abre o campo para um novo terreno de pesquisa e atuação bioética? A bioética vê, assim, abrirem-se novos horizontes pela aparição, por operação humana ou não, de novos elementos capazes de interferir no equilíbrio natural de nossa fisiologia ou no equilíbrio mental.

A química atual possui ingredientes e pistas para criar novas formas de matéria e misturar matéria inerte e células vitais. Qual seria o limite da inserção de elementos materiais, de aparelhos ortopédicos, eletrônicos, membros artificiais, próteses de todo tipo, transplantes e membros de diversas origens? A tradicional separação absoluta entre o organismo humano e o organismo de outros animais se alterou consideravelmente nos últimos decênios. O vírus HIV e de outras doenças nos vêm de animais, mas tentamos utilizar muitas funções animais para corrigir algumas de nossas deficiências. É pouco realista pretender eliminar o mundo animal, no universo dos mamíferos e, sobretudo, no mundo dos ratos ou de outros animais miúdos, do terreno de nossos laboratórios e experimentações. O chimpanzé, por exemplo, tem um DNA muito próximo do nosso. Apesar da excentricidade de alguns moralistas, que pretendem distanciar-se dos ensaios com animais, não seria prudente e respeitoso pelo ser humano arriscar sobre ele remédios ou inovações cirúrgicas de resultado ainda desconhecido.

A questão do uso de células ou partes mais consistentes de corpos animais levanta questões tanto de biologia sanitária como de ética. A expressão de “dignidade humana” reconforta nossa preocupação ética, mas temos de reconhecer que sua interpretação, isto é, seu conteúdo, não é dos mais claros e definidos; ela pode mudar de um autor a outro sem levantar objeções. Além dessa legítima preocupação ética, é provável que nossos bioeticistas se

preocupem mais com a viabilidade e compatibilidade fisiológica de tais junções, do que com o receio de permitir que vírus que não prejudicam o animal possam transmitir no corpo humano graves moléstias ou apresentar com ele total incompatibilidade.

A estocagem de informações sobre o ser vivo é ajudada pela observação e manipulação animal, mas o acúmulo da diversidade em proveito do ser humano encontra sempre limites em nome da famosa “dignidade”. Já aludimos ao perigo das quimeras. A tendência atual em certos autores vai também no sentido de certo respeito aos animais, sobretudo mamíferos, ao ponto que existe a esse respeito um esboço de biodireito. Em 2006, três Universidades inglesas pediram licença para produzir embriões híbridos homem-vaca, com o pretexto de melhor entender os mecanismos da produção e diferenciação das células embrionárias, contornando a falta de ovos humanos disponíveis para a pesquisa.

Pretende-se, também, que nanociências poderiam produzir sistemas físico-químicos introduzíveis no cérebro humano e modificar os mecanismos da percepção sensorial. Interrogações éticas acompanham tais projetos ou perspectivas de duvidosa sabedoria e questionável êxito. Pode, aos poucos, a bioética modificar certos conteúdos da ética tradicional no Ocidente?

A evolução diz diversificação, geralmente para alguma melhoria, ou ser apta à enriquecer a família, mas nem sempre. Na bioética atrelada à ciência, as descobertas almejam por vezes certa ambiguidade ou uma aparente melhoria que custa tempo e fundos para comprovar seus benefícios sobre doentes. A natureza, representada por vírus ou mosquitos, por vezes resiste: o paludismo não foi supresso, mas existe esperança da cura da lepra. A malária mata ainda entre 1,7 e 2,7 milhões de pessoas por ano (mais da metade, antes dos cinco anos), infecta entre 300 e 500 milhões de pessoas (na África sub-saariana, no Brasil...). Vacinas foram tentadas sem produzir os resultados esperados. A história da paludologia mostra a dificuldade de passar do sucesso em laboratório ao sucesso na população atingida. O projeto “Roll Back Malaria” almejou utilizar melhor os sistemas sanitários locais, vinculados ao progresso socioeconômico, tal como o que o Brasil atual conhece.

As mutações dos agentes patogênicos criam também uma diversificação das mais funestas. As injeções contra gripes sazonais devem mudar seu conteúdo conforme a evolução dos vírus. Tais corpúsculos são dotados de gran-

de facilidade de adaptação ao seu meio para fomentar novos ataques. O microcorpo invasor pode mudar, assim como a terapia e a vacinação. O tifo, doença infecciosa grave, transmitida por piolhos, pulgas ou carrapatos, diminuiu a partir de 1923, permanecendo endêmica no leste polonês e na Ucrânia. R. Weigl modelou uma vacina a partir dos intestinos da pulga, ao passo que o Instituto Pasteur produziu sua vacina a partir de *rickettsiáceas* de tecidos animais.

As contraofensivas não são menos diversificadas, com o emprego da computação eletrônica, o uso de modelos matemáticos (para a epidemiologia), de técnicas analíticas, como análise multivariada, as avaliações dos riscos, sobretudo nas fases primordiais da vida humana. A epidemiologia molecular efetua diagnósticos a partir da caracterização dos ácidos nucleicos. As análises de DNA abriram novas precisões na previsão e no desenrolar das diversificações, mesmo entre irmãos. Em 1942, Owen observou, em bovinos, que falsos gêmeos podem apresentar glóbulos pertencentes a grupos sanguíneos diversos.

Outro domínio de diversidade diz respeito às reações de transplantados: alguns vibram alegres com uma “vida nova”; outros, lutando talvez contra o risco de uma rejeição, ressentem o mal-estar de um corpo feito de peças mal conexas, que dificultam a unificação pacífica do si-mesmo (isso, segundo sua subjetividade).

DIVERSIDADE DE OPINIÕES E DIVERSIDADE DE PROTAGONISTAS

Como em nosso começo, eliminamos a diversidade de opiniões em debate num comitê de bioética, de qualquer nível que seja, porque as opiniões dependem da diversidade dos terapeutas em debate, do centro desse debate e de seus contextos. Interessados são, em primeiro lugar, os próprios doentes, cujo caso está em discussão. Ao doente se pede o que ele resente, não um diagnóstico preciso; teoricamente se deveria pedir antes de sua execução, se ele aceita um ou outro dos planos propostos para sua cura ou alívio: é nesse ponto preciso que ele pode ser considerado como o senhor da diversidade, conquanto ele esteja suficientemente a par e consciente dos dados do dilema. Não tem obrigação de aceitar uma cirurgia ou um tratamento muito penoso, ou que hipotecaria pesadamente seu futuro; tais temas foram muito ventilados e publicados, senão sempre observados nas práticas hospitalares. Temos co-

mentado este ponto em “O princípio de autonomia” na “Bioética clínica” de C. de Andrade Urban (cap. 3). Essa liberdade de autonomia não é total; deve respeitar as normas legais do biodireito nacional e internacional, como as liberdades dos médicos e outros participantes do evento, como enfermeiras ou especialistas convocados, sem desprezar os legítimos interesses ou opiniões dos familiares. A diversidade dos “empreendimentos” e dos aparelhos capazes de intervir aumentou muito a complexidade de alguns debates casuais, assim como a disponibilidade prática de tais intervenções.

O envolvimento dos valores religiosos e morais não é destacável dos debates e das opções; isso está virtualmente contido na palavra “ética” do termo ‘bioética’. Esse não é o lugar para expor as diversidades aqui aludidas. Bem sabemos o quanto são controversos os temas da contracepção, das fecundações artificiais que fazem intervir terceiros, do aborto, da eutanásia, daquilo que é ou não é natural ou legal, admissível ou não por tal ou tal religião. Num certo sentido, o campo da bioética abre largamente as portas da polissemia, tanto mais que se relaciona com diversas disciplinas ou profissões cujo vocabulário nem sempre usa as palavras num sentido perfeitamente comum.

... Tanto na fase do diagnóstico como nas fases de tratamento, o número e a complexidade dos aparelhos não cessa de questionar certas respostas que apareciam evidentes. Os próprios cuidados de saúde, já o entendemos, se estenderam aos setores da odontologia, da oftalmologia, da ortopedia, da telemedicina, etc., sem falar dos cuidados da prevenção e os da reeducação do corpo recomposto com peças artificiais ou alheias. Lembramos, também, recentes anexações, como a da homeopatia e diversos métodos de reeducação. A prática popular, usando vegetais ou práticas especiais, empíricas e/ou tradicionais, está ainda muito tímida para se convidar em sessões de uma mais ou menos oficial bioética.

Os agentes da sanidade social, em dependência da OMS, mas sobretudo de ministérios nacionais como o da saúde, instituem suas próprias organizações e sessões, com convites de representantes da população ou não, o que não deixa de abrir a porta para outras diversidades locais ou culturais. A pesquisa, a produção, a supervisão, a regulamentação, a distribuição dos remédios e aparelhos sanitários entram eventualmente na bioética, não sem o crescente desafio da produção não apenas de “genéricos” legais, mas da venda de imitações mais ou menos sérias de

remédios conhecidos, mediante fábricas nacionais escondidas e fraudulentas ou importações ilegais. Por vias não legítimas, a internet “permite” a importação de produtos não reconhecidos no País, tais como drogas não reconhecidas, armas, tais importações fugindo de controles.

A DIVERSIDADE DA BIOÉTICA NO CRISTIANISMO

Se a bioética confronta posições de diversos credos, filosofias ou ideologias, a fim de encontrar uma posição média satisfazendo todas as consciências ou convicções, com as concessões de praxe, nunca se prometeu uma Bioética absolutamente universal em suas soluções, o que significaria sua dissolução como plataforma de trocas, em nível sanitário, dentre os diálogos entre culturas e religiões. Vale se reportar aqui à polissemia da palavra *bioética*. Quando se trata de procurar o melhor tratamento para um determinado caso hospitalar, é obvio que o círculo de peritos e bioticistas deve finalmente estar de acordo para encaminhar efetivamente determinada solução, ainda que raramente perfeita. No entanto, em outro contexto, em discussão profissional de congresso ou comitê de interesse acerca de determinado tema, não parece geralmente que todos os participantes adotam a mesma posição; cada um conserva sua convicção se os argumentos alheios, cuidadosamente ouvidos com a intenção de os entender, não conseguiram uma mudança das posições contrárias. Ao abordar um tema conflituoso de maneira genérica, isto é, abstrata, em nível de princípio, devemos guardar em mente que os contextos concretos de cada caso particular, concreto, podem recomendar levantar a possibilidade de uma exceção. A teoria está a serviço da prática, que pode modificar as configurações do dilema. Existem princípios e existem aplicações, mas uma aplicação pode encontrar o choque de princípios que se opõem, isto é, que são inconciliáveis em determinada situação concreta; resta ao juízo esclarecido e livre dos responsáveis optar pela aplicação da norma mais conveniente ou menos traumatizante no dito caso.

Temos de matizar tais assuntos por duas razões. 1) A evolução doutrinal é um dado histórico, mesmo no tocante às religiões, acerca do polo central de cada uma. Organizações, disciplinas, metodologias, hierarquias de interesses nem sempre são perenes. Os valores não são todos da mesma importância ou urgência. 2) No próprio catolicismo, sobretudo em nossa época, existem certas diversidades das atitudes ou posições de teólogos que não

contradizem o essencial da fé comum. A presença do Espírito Santo significa o dom de uma liberdade que não é simples repetição ou paráfrase, mas realismo de acordo com a realidade contemporânea. Assim reagiu o teólogo norte-americano Ch. C. Curran:

“Não é mais possível falar em teologia moral católica, como se ela fosse monolítica. No futuro, o pluralismo das abordagens metodológicas e das teologias morais na Igreja Católica Romana continuará a crescer. Reconhece-se o direito de divergir do ensino não infalível; leva a uma futura maior diversidade na teologia católica a respeito das questões particulares e complexas da moral”.

Não temos a referência exata e não precisamos comentar, mas as numerosas saídas da Igreja, compensadas ou não por novos batizados, alertam sobre os limites da pura repetição, esquecendo a breve época na qual a palavra de ordem era antes a inculturação.

Mesmo no quadro de uma ética tão firmemente implantada quanto é a moral católica romana, não podemos eliminar a respiração própria de cada pessoa, seu julgamento de consciência, devidamente informada sobre os contextos particulares. Até mesmo Jesus tomou certas liberdades quanto à norma mosaica da Lei, quando julgou oportuno. Os fundamentalistas não são os melhores portadores da luz que o Evangelho nos pede difundir e levar avante. A “moderna hermenêutica faz parte de nossa bagagem atual”, notadamente face à polissemia que comporta a famosa expressão de “lei natural”, sem por isso cair nos manifestos erros que nos cercam e por vezes penetram as legislações nacionais. Isso levanta a delicada relação que pode ou deve existir entre a bioética comum e as leis nacionais (o biodireito, nas mãos do legislador, nem sempre crente), em hospitais tanto públicos quanto privados. No seguimento de Aristóteles, Tomás de Aquino usa muito em moral a expressão *ut in pluribus*, isto é, “na maioria dos casos”, tal norma se impõe. Afinal, as patologias não são apenas uma decorrência da ação humana, mas também, por vezes, um erro da natureza que podemos ou devemos corrigir, ou tentar evitar por nossa arte.

DIMENSÃO SOCIAL OU POLÍTICA DA DIVERSIDADE

Todo ser humano é único (aliás, mesmo na vegetação nenhuma flor, nenhuma árvore, nenhuma folha sequer, é

totalmente igual à outra). A Natureza explode em diversificação e diversidade. Em uma comunidade civilizada, as opiniões individuais realmente pensadas nem sempre coincidem; esse dado não diz respeito apenas a carismáticos ou líderes ditatoriais. Esse dado empírico, mais desenvolvido hoje do que outrora, permitiu a evolução cultural mais diferenciada de hoje, estejamos ou não de acordo com todos os seus elementos. Apesar das óbvias falhas das democracias eleitorais atuais, a democracia ainda representa, quando autêntica, a melhor maneira de governar, respeitando as liberdades e seguindo os valores da época: ela deveria ser a flor da diversidade dos indivíduos regulando a sociedade. O leal confronto das opções das pessoas responsáveis deveria assegurar a legislação de uma comunidade pacífica, em si e com as outras. Como ninguém é perfeito e completo, não é por acaso que toda decisão bioética questionável esteja ventilada em comunidade.

Isso não impede a emergência de uma resposta original cuja adequação à situação pode ser reconhecida pela maioria. Saneamento público e paz são frequentemente prejudicados por interesses particulares que não brotam de uma sadia bioética. A própria bioética deve desconfiar das tramitações hábeis de interesses puramente econômicos ou de política eleitoral. Uma sadia bioética é inconcebível num Paquistão ou num Afeganistão regido por talibans cujo orçamento viria exclusivamente do cultivo da papoula e da extração do ópio, como outras comunidades sul-americanas vivem da cocaína, do tráfico de armas e do contrabando. A bioética favorece certa diversidade, mas não brota sobre qualquer forma de diversidade.

A diversidade das práticas sanitárias tem obviamente impacto sobre as práticas de vida e de morte, receando, por exemplo, favorecer ao fumo ou ao alcoolismo, como a prática da bioética incentiva a implementação das Uti e das unidades de cuidados paliativos. Obviamente, as aplicações de bioética supõem, também, uma administração dispendiosa de um orçamento adequado à realização dos projetos decididos. Em 1870, a França foi vencida duas vezes: no plano militar e no plano sanitário. O exército prussiano teve 297 óbitos pela varíola, o exército francês teve mais de 23.000 óbitos pela mesma doença. Na Prússia, a vacinação e revacinação eram obrigatórias; na França, a negligência prevaleceu, apesar de sua liderança em doutrina higienista no século 18 (Lavoisier foi vítima do terror revolucionário; e Pasteur, posteriormente, foi artesão da luta contra as infecções).

A BIOÉTICA ABRANGE DUPLA DIVERSIDADE

Reparamos, portanto, duas espécies de diversidade, segundo sua origem ou seu procedimento. A *natureza* como criação apresenta uma diversidade material que a observação e a ciência alargam progressivamente, como por exemplo: a obra de Einstein, a visão de espaços intersiderais ampliados pelos novos telescópios terrestres ou orbitais, o universo dos nanícorpos, a visualização dos fenômenos vitais através do corpo humano não aberto. A *interioridade mental e espiritual* do ser humano amplia a diversidade a partir do pensar, do imaginar, do sonho: interioridade na qual a psicologia e outros procedimentos modernos, conexos à psicanálise, tentam penetrar.

Se a natureza infra-humana explode por crescimento, multiplicação e evolução, a natureza da mente explode em criatividade de ideias, projetos, intuições, emoções, que mesmo expressões fisiológicas retratadas se revelam sem explicitar nem penetrar seu coração íntimo. Aí reside primordialmente a esfera da liberdade e dos projetos, das decisões e das responsabilidades, isto é, da moral.

Entre as transformações físicas e as transformações mentais e emotivas existe certa solidariedade, mas não sem ruptura epistemológica impenetrável; tão impenetrável que os mais materialistas de nossos pensadores estão convencidos que o pensar não passa de uma modalidade cerebral puramente corporal, que a suposta alma não passa de mito que desaparece com a morte. Tal tipo de pensamento ou meditação, supostamente religioso, marca neurônios cerebrais localizáveis, sem revelar a essência de seus conteúdos vivenciados nem seu real alcance. A manipulação da consciência perturba a mente sem a descobrir.

Por condicionado que seja o organismo humano capaz de pensar, projetar, esperar, inventar, não escapa à sua origem. Isso deixa à bioética um amplo campo de investigação e eventual intervenção. Cada ser vivo é ao mesmo tempo condicionado e uma ilha original organizada e complexa. Nossas intervenções nunca conseguirão obter uma unanimidade, não digamos das culturas, mas das opções ético-religiosas. O universo está em evolução bem antes da aparição dos antropóides; a humanidade está ainda em construção, como cada indivíduo, em via para malar sua personalidade ou seguir outro destino. Tudo isso elabora bastante diversidade que não escapa totalmente à esfera da bioética. Como disse J. Comblin citado em Soter (2010): “Existem muitas civilizações, muitas culturas,

e todas têm a sua concepção da vida. A universalidade não existe. Mas é possível um diálogo...”

Afinal, qual seria a síntese ética face à diversificação das situações, das metodologias e das opiniões? Nada mais simples em princípio, como o leitor o entendeu: tolerância e democracia no encontro das posições diversas, diálogo baseado sobre dados e não sobre declarações propagandistas. Mas o diálogo democrático não se improvisa, tem que se forjar durante séculos.

HAVERIA DIVERSIDADE NOS FINS DA BIOÉTICA?

Importa não confundir os dois sentidos primordiais, cujos objetivos e estruturas são obviamente diversos, ainda que conexos. O fim comum é sempre a saúde, mas ora focando o destino de determinada pessoa, ora alargando o horizonte para beneficiar uma organização como um hospital ou a assistência sanitária numa região definida, ora vigiando possíveis surtos de epidemias ou efeitos de substâncias apresentadas como curativas ou emagrecedoras, ora com maior preocupação com pesquisa científica ou organizações de encontros de especialistas.

No plano coletivo, o desafio das epidemias constitui como um setor especial da vigilância sanitária e da reflexão bioética. O ecumenismo entre bioéticas procedentes de culturas muito diversas está timidamente iniciado, pouco desenvolvido. Em geral, por exemplo, os bioeticistas, estando a serviço da vida, não admitem a pena de morte, ainda em vigor em diversas regiões. O mesmo se verifica para diversos tipos de excisão genital feminina, que nem figuram no Corão mas são aberta ou clandestinamente efetuados em milhares de jovens, mesmo na França, que os proíbe legalmente. Isso significa que existem procedimentos contrários à saúde que escapam de toda avaliação bioética; o mesmo pode se dizer para o uso de vários entorpecentes em praticamente todo país, apesar das proibições de alguns. O antagonismo entre certos costumes tribais ou mais sofisticados e a rede de leis e círculos de bioética é patente e escapa aos mais sadios meios do poder oficial.

Desde já, a multiplicação das especializações na medicina, na cirurgia, nas disciplinas auxiliares, ora nas universidades ocidentais ora nas instituições orientais ou nas práticas africanas e oceânicas constituem uma realidade complexa dificilmente transponíveis em dominadores comuns. Nem na moda nosso mundo gosta da repetição. A

partir dos pluralismos observados seriam possíveis certas classificações das diversidades, antropologias e religiões envolvidas ou subjacentes. A globalização das comunicações e da economia, sobretudo financeira, não significa a unificação das antropologias que guiam a bioética. Atrás disso, observamos o tema dos direitos humanos, terreno vizinho envolvente, discreto, inspirador da melhor bioética. Que vale o ser humano, mesmo revestido do adorno da dignidade? Qual é seu destino?

Podemos considerar a Natureza ora como Anaximandro, como uma plenitude autossuficiente, ou como Epicuro, como um campo infinito de descobertas e reconstruções; a bioética opta pela segunda opção, nada totalmente reconfortante. Em sua “Introdução à metafísica”, Heidegger traduz *deivós*, do “Antígone” de Sófocles, por “inquietante”, quando Paul Mazon o traduz por “maravilhoso”. Ambos os sentidos talvez convêm para as manipulações sobre o ser humano. A bioética quer optar pela solução mais favorável, mas Heidegger não estava vencido; “Múltiplo é o inquietante (*das Unheimliche*), nada, porém mais inquietante que o homem” e suas obras. Heidegger concebe a técnica essencialmente como “ardil (*Ge-stell*), algo que a humanidade ‘não domina’” (Heidegger, “Respostas e questões sobre a história da política”. O filósofo germânico emprega para nossos progressos tecnológicos a palavra “enfeitiçamento” (*Behexung*, em *Beiträge zum Philosophie*). Afinal, a bioética de amanhã terá de decidir se quer apenas consertar o ser humano em sua plenitude sadia de humanidade ou se pretende construir por artifice um super-homem dotado de extraordinários poderes. Não estamos acostumados a elaborar seres que superam as espontâneas doações da Natureza?

A ÚLTIMA INOVAÇÃO DE VENTER NÃO ACABA DE NOS SURPREENDER

Um fenômeno agora em destaque é a eventual criação humana de um organismo vivo. Está em discussão o anúncio pelo biólogo norte-americano John Craig Venter de sua (eventual, mas provável) criação do primeiro ser vivo sinteticamente montado num de nossos laboratórios. A nossa pergunta aqui não é a de saber se isso obtém o consenso e a admiração da Santa Sé, mas se realmente o homem conseguiu criar a vida a partir de materiais inertes. A relação de F. Gruhier que consultamos se fez o eco da revista científica *Science* de 20 de maio de

2010. J. C. Venter anunciou a criação da bactéria *Mycoplasma laboratorium*, nascida em San Diego, Califórnia, no John Craig Venter Institute, o mais aperfeiçoado dos laboratórios de biologia sintética do mundo. Seria a primeira criatura viva fabricada pelo homem, com imitação dos fenômenos naturais, desprovida de toda ascendência. Custou 40 milhões de dólares em ensaios, e “algumas poeiras”. Já tínhamos obtido vários mecanismos que imitam os processos naturais, como bem sabem os bioeticistas, mas alguns, como Antoine Danchin, especialista em genética microbiana, perguntam se não fariam falta alguns genes que possam consertar e adaptar a fim de assegurar uma descendência que de repente não pararia. Essa inovação parece mais interessante para a teoria, o que não é desprezível, do que para a eficácia, porque para produzir metanol ou hidrogênio, seria mais prático otimizar bactérias naturais que já conhecem esta produção. Venter não despreza o princípio de Robert Oppenheimer: “Aquilo que não posso construir, não o posso entender”.

O projeto de Venter não data de ontem: já em 2007, conseguiu o que os especialistas julgavam irrealizável, transferir o genoma de um micróbio a um outro micróbio aparentado (do gênero *Mycoplasma*), mas distinto, previamente esvaziado do próprio DNA. Os unicelulares possuem o menor patrimônio genético dos seres vivos (cerca de 500 genes). A vítima foi despojada de toda víscera não julgada indispensável à vida, e aumentada em seguida com fragmentos (testados um por um) de matérias não vivas, com a ajuda de levedura e fragmentos de DNA. A nova construção, no entanto, foi inserida num citoplasma (protoplasma de célula sem núcleo). O resultado teria proliferado rapidamente por sucessivas divisões, como faz uma bactéria natural. Não nos cabe decidir se houve realmente criação de vida totalmente nova, nessa composição que juntou elementos copiados da natureza viva. No “Observatore Romano” (de 29-05-2010), Carlo Belliani achou com feito que “na realidade não se criou a vida, substituiu-se um de seus motores” e David Baltimore (do “California Institute of Technology”), escreve no *New York Time*: “Não criaram a vida: só a copiaram”. Resta saber se a diferença é enorme entre criação e cópia com produções parecidas. O certo é que o DNA não concentra a vida de um ser, mas inovação houve, progresso tecnológico da inteligência e da experimentação ocorreu e, portanto germe de uma nova espécie de diversidade. A interrogação repousa sobre a natureza do citoplasma natural empregado, despojado de seu cromossomo original.

Obviamente, o resultado foi obtido após muitos ensaios fracassados, o que é normal em pesquisa. Bioeticistas discutem sobre a ética da operação e sobre seu eventual futuro. No entanto, acreditam que a nova bactéria não teria

aparecido se seu núcleo sintético não tivesse sido inserido num citoplasma natural, ainda que desprovido de seu DNA. Venter criou seu próprio Comitê de bioética para vigiar sobre suas futuras experimentações.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Armstrong K. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
- Soter. Religião, ciência e tecnologia. São Paulo: Paulinas; 2010.
- Dupas A, Huber G. La grande rupture? L'humanité face à son avenir technologique. Paris: R. Laffont; 2010.
- Gruhier F. Mycoplasma détrône Frankenstein. Le nouvel Observateur, Paris, 2 Juin 2010.
- Lecourt D, et al. Dictionnaire de la pensée médicale. Paris: PUF; 2004.
- Pessini L, et al, editors. Ibero-american Bioethics: history and perspective. New York: Springer; 2010.
- Urban CA. Bioética clínica. Rio de Janeiro: Revinter; 2003.
- Vieillard-Baron JL. Compreender Bergson. São Paulo: Vozes; 2007.
-

Recebido em: 12 de janeiro de 2010.
Aprovado em: 24 de fevereiro de 2010.